

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Febraban: sem investigação, não se pode associar concessão de consignado INSS a fraudes

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirma que não é possível relacionar diretamente o aumento da quantidade de concessões de crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ao crescimento das fraudes, com operações feitas sem autorização dos titulares dos benefícios. “Qualquer reclamação de empréstimo consignado não autorizado deve ser imediatamente apurada pelas instituições financeiras associadas à Febraban”, diz a entidade, em nota. “Mas, sem uma investigação de todas as operações de consignado efe-

tivamente não solicitadas, não há como concluir que o total das concessões por ano possam estar correlacionadas com o montante das operações não autorizadas.” De acordo com a Febraban, notícias da imprensa apontam para um crescimento das concessões em 2023 que estaria relacionado a irregularidades. Naquele ano, de acordo com a entidade, foram 23,3 milhões de operações de consignado do INSS, em um desembolso total de R\$ 79 bilhões. No entanto, o volume de reclamações por empréstimos não autorizados foi de 9.648, ou 0,04% do total de operações.

Relatório da PF diz que fiscal vazou operações da Secretaria da Fazenda de SP

A Polícia Federal (PF) acredita que o auditor fiscal de Rendas Ricardo Catunda do Nascimento Guedes tenha alertado empresários sobre operações de fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Procurado pelo Estadão, o advogado Luciano Santoro, que representa o fiscal, informou que o auditor “nega veementemente a violação de sigilo funcional e/ou a prática de qualquer ato de corrupção”. Catunda está afastado das funções por suspeita de corrupção. Ele teria cobrado propinas para livrar empresas de inspeções e favorecer empresários

em processos administrativos. O auditor também teria vendido informações sigilosas de processos, agindo como uma espécie de informante de empresários aliados - ele ainda teria usado a própria mulher como “laranja” para recebimento de propinas por meio de uma empresa dela. O vazamento de operações aconteceu nesse contexto, segundo a Polícia Federal. O celular do auditor foi apreendido na Operação Barão de Itararé Os investigadores descobriram que, em pelo menos duas ocasiões, ele vazou ofensivas programadas pela Secretaria da Fazenda.

Em uma conversa no WhatsApp, em outubro de 2019, Catunda avisa um empresário que estava prevista uma inspeção para verificar créditos inidôneos de outros Estados. “Se tem comprovante de operação, transporte, de pagamento, etc (boa fé)”, explica na mensagem. O auditor informa, inclusive, os nomes das empresas que seriam alvo da ofensiva e o horário da batida. “Vão estar lá às 8h. Entregar notificação”, antecipa. O empresário pede ajuda para “frear” a operação. “Me ajuda aí. Vê se dá pra vim algum amigo e ser tranquilo ou não

vim ninguém (sic). Fazer muita baixa e segue a vida”. Dias depois, o empresário afirma que o “mercado está pegando fogo, todo mundo com fiscal na empresa”. “Cuida das nossas lá”, completa o empresário. O auditor também alertou sobre uma operação programada no setor de combustíveis na região do ABC paulista. “Se conhecer alguém, melhor sondar.” A Polícia Federal suspeita que as informações foram repassadas em troca de propinas. Segundo os investigadores, convites para “cafês”, “almoços” e “confraternizações” eram as senhas para entrega de dinheiro.

Baía de Guanabara recebe 3 milhões de litros de chorume por dia

Cerca de 1 bilhão de litros de chorume são despejados na Baía de Guanabara por ano. Diariamente, 3 milhões de litros do resíduo líquido, formado a partir da decomposição de matéria orgânica presente no lixo doméstico, são descartados indevidamente na baía oceânica que abrange 12 municípios do estado do Rio de Janeiro.

Os dados foram divulgados pelo movimento social Baía Viva, que cobra a atuação dos órgãos ambientais contra a contaminação. “Estamos vivendo a chamada crise do chorume não tratado no estado do Rio de Janeiro”, declara o fundador do Baía Viva, Sérgio Ricardo Potiguara. Segundo ele, que é o mestre em ciências ambientais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), além do volumoso despejo de chorume não tratado na baía, um dos cartões-postais do Rio de Janeiro, há ainda cerca de 500 milhões de litros do resíduo líquido estocados ou armazenados de forma precária.

“A região metropolitana do Rio de Janeiro, que tem 22 municípios, produz aproximadamente 6 mil litros diários de chorume, sendo que só o lixão de Gramacho, no bairro de Jardim Gramacho, produz 3 mil litros, ou seja, 50%. Tudo isso dá 1 bilhão de litros que vão parar na baía por ano”, calcula Potiguara.

Em ofícios enviados ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e à Secretaria de Estado do Ambiente e Susten-



Movimento social cobra atuação dos órgãos ambientais.

tabilidade (Seas), aos quais a Agência Brasil teve acesso, o movimento Baía Viva denuncia a poluição das águas da Baía de Guanabara, dos manguezais e dos territórios pesqueiros, assim como o adocementimento de pescadores artesanais e caranguejeiros. Nos documentos, a organização também aponta a extinção da biodiversidade marinha da baía e os prejuízos socioeconômicos.

Ciclo de perversidade - “Os pescadores da Baía de Guanabara nesses trechos mais contaminados estão classificados como em situação de extrema pobreza e insegurança alimentar, então há esse ciclo de perversidade em torno da degradação ambiental, pobreza e insegurança alimentar que é um verdadeiro ‘coquetel de problemas’. Isso afeta o turismo, a pesca, a balneabilidade (qualidade da água de um cor-

po hídrico) e todas as praias interiores da Baía de Guanabara, que se tornam impróprias para banho”, diz Potiguara.

Conforme o professor do Departamento de Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Adacto Ottoni, é difícil estimar o volume de chorume despejado na Baía de Guanabara, devido à existência de diversas fontes. À Agência Brasil, o pesquisador

lembra a ineficácia da Lei no 12.305, promulgada em 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Para ele, a lei deveria ter aperfeiçoado as sanções penais a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

“Existe outro aspecto também muito importante, porque às vezes o monitoramento ambiental para comprovar esse dado é deficiente”, acrescenta o professor, acrescentando que

Preta Gil recebe alta hospitalar e Gilberto Gil comemora: ‘De volta em casa’

Preta Gil recebeu alta hospitalar. A notícia foi revelada por seu pai, Gilberto Gil, na manhã de quarta-feira, 7, em suas redes sociais. Na foto, o cantor aparece ao lado da filha e da mulher, Flora Gil. “Preta de volta em casa”, escreveu na legenda da publi-

cação. Nos comentários, fãs, amigos e seguidores celebraram a conquista de Preta Gil. “Amém”, escreveu Giovanna Ewbank. “Nosso amor”, disse Flora Gil. “A carinha de Gil de preocupado, emocionado, aliviado”, apontou uma internauta. No mês pas-

sado, a cantora ficou internada no Hospital Sírio-Libânes e recebeu alta no dia 16. No dia 26, ela participou de um show de Gilberto Gil em São Paulo. Em maio, foi internada novamente, mas sem revelar o motivo específico da internação.

Quase 60 milhões vivem em cidades com desenvolvimento baixo ou crítico

Estudo divulgado ontem (8) pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) mostra que 47,3% dos municípios do país tinham Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) baixo ou crítico, em 2023. Cerca de 57 milhões de pessoas viviam nesses locais, de acordo com o levantamento.

A pesquisa mostra que 4,5% dos municípios tinham IFDM crítico e 42,8%, IFDM baixo. Por outro lado, 48,1% tinham IFDM moderado e 4,6%, IFDM alto.

A mesma pesquisa mostra, no entanto, que, em uma década, houve.

Em 2013, 36% dos municípios estavam na categoria de IFDM crítico e 41,4% em

IFDM baixo, que reuniam, juntos, 103,8 milhões de habitantes. Aqueles com IFDM moderado eram 22,4% e aqueles com IFDM alto, 0,2%.

Para calcular o IFDM, o estudo leva em consideração indicadores de emprego e renda, saúde e educação em cada município brasileiro. A pontuação varia de 0,000 a 1,000.

Os critérios, portanto, são diferentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pela Organização das Nações Unidas e divulgado nesta terça-feira (6).

A Firjan considera indicadores como mercado de trabalho formal, Produto Interno Bruto (PIB) per capita, diversidade econômica, taxa de pobreza,

educação integral, abandono escolar, educação infantil, formação docente, gravidez na adolescência, óbitos infantis, cobertura vacinal, interações sensíveis à atenção básica e ao saneamento inadequado, entre outros. É considerado IFDM crítico aquele município que pontua menos de 0,400. Uma pontuação entre 0,400 e 0,599 é considerado IFDM baixo. De 0,600 a 0,799 o IFDM é classificado como moderado. Já municípios com 0,800 ou mais entram na categoria de IFDM alto. A média do IFDM do país subiu de 0,4674 em 2013 para 0,6067 em 2023, um aumento de 29,8%. Nesse período, 5.495 dos municípios brasileiros (99% do total) tiveram melhora no índice.

Após morte de passageiro, ViaMobilidade diz que vai instalar sensores de presença entre portas

A ViaMobilidade, concessionária responsável pela Linha 5-Lilás do Metrô, afirma que trabalha para instalar sensores de presença no vão entre a porta e os vagões após a morte de um passageiro nessa terça-feira, 6, na Estação Campo Limpo, zona sul de São Paulo.

Lourivaldo Ferreira da Silva Nepomuceno, de 35 anos, era casado e tinha dois filhos. A Polícia Civil investiga o caso. Procurada sobre as medidas cobradas das concessionárias na rede metroferroviária, a Secretaria de Parcerias e Investimentos, que administra as concessões, e a

Secretaria de Transportes Metropolitanos ainda não se manifestaram. “Esta tecnologia é muito recente e seu uso no mundo ainda é uma exceção, sendo a concessionária uma das pioneiras na adoção deste tipo de solução. Sua instalação envolve uma série de questões técnicas e testes, razão pela qual sua implantação não é imediata. Na linha 5-Lilás, o cronograma prevê concluí-la no primeiro trimestre de 2026, data que pode ser antecipada conforme os resultados dos testes”, afirma a ViaMobilidade. O presidente da companhia, Francisco Pierrini, disse

em entrevista ao Brasil Urgente, da Band TV, que enquanto os sensores não forem instalados, serão implementadas barreiras físicas no interior das portas, com hastes de metal. “Com isso, qualquer objeto, qualquer pessoa, qualquer coisa que esteja ali, será detectado e a porta não fechará”, afirmou.

Sensores de presença - A Linha 5-Lilás não tem sensores de presença entre as portas automáticas das plataformas e os trens, como já existe em plataformas da Linha 3-Vermelha, operada pela Companhia do Metropolitan de São Paulo (Metrô).

PUBLICIDADE LEGAL

IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 51.218.147/0001-93 - NIRE nº 35.300.095.618

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de Abril de 2025

Data, Hora e Local: 17 de abril de 2025, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Angelina Maffei Vilela, 200 - 9º andar, CEP: 01455-070, São Paulo/SP. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verificou da assinatura no “Livro de Presença de Acionistas”. Presenças também o Sr. Guido Barbosa de Oliveira, representante da administração da Companhia e o Sr. Ribas Gomes Simões, representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), auditor independente da Companhia. **Mesa Dirigente:** Presidente: Flávia Maria Araújo Dini Braia Rosa; Secretária: Daniela Tieko Ishikawa Baptista. **Publicações:** As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como os demais documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, foram publicados em versão resumida no dia 07/03/2025, no Jornal “Diário de Notícias”, na página 09, com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, e disponibilizados aos acionistas, na sede da Companhia e no site da CVM, em 18 de fevereiro de 2025, em conformidade com a referida Lei e com as normas da CVM aplicáveis. **Ordem do Dia e Deliberações:** Foram tomadas as seguintes deliberações, pela única acionista da Companhia: **1) Exame, Discussão e Votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2024:** Foram aprovadas, com o voto da única acionista da Companhia, sem ressalvas, após exame e discussão, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024. **2) Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2024:** Foi aprovada, com o voto da única acionista da Companhia, a seguinte destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2024, no valor total de R\$ 370.600.966,41, sendo (a) R\$ 18.530.048,32 para a constituição de reserva legal e (b) R\$ 352.070.918,09 para a distribuição de dividendos, sendo que, deste valor, R\$ 88.017.729,52 corresponde ao dividendo mínimo obrigatório. **3) Aprovação da Remuneração Global dos Administradores:** Foi aprovada, com o voto da única acionista da Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, para a remuneração global conjunta dos Administradores da Iguatemi S.A. e da Companhia para o exercício de 2025, o montante de R\$ 14.844.207,00 para o Conselho de Administração e R\$ 39.130.967,00 para a Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração individualizar tal montante entre os membros da administração da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém se pronunciando, foram declaradas encerradas as Assembleias e lavrada a presente ata que representa a vontade dos presentes. **Assinaturas:** Mesa: Flávia Maria Araújo Dini Braia Rosa (Presidente); e Daniela Tieko Ishikawa Baptista (Secretária). Acionista: Iguatemi S.A. (p.p. Flávia Maria Araújo Dini Braia Rosa e Daniela Tieko Ishikawa Baptista). *A presente é cópia fiel do termo lavrado em livro próprio.* **Daniela Tieko Ishikawa Baptista** - Secretária JUCESP nº 142.438/25-0 em 06/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

